
Mulheres públicas, políticas de mulheres

Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas.

SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.).

Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2005. 360 p.

Tania Navarro Swain e Diva do Couto Gontijo Muniz organizam a obra *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, as historiadoras estão à frente desse trabalho interdisciplinar, composto por 13 textos de pesquisadoras de áreas diversas, em sua maioria historiadoras, que concentram seus trabalhos nas temáticas de gênero e estudos feministas.

Permeada por temas variados, a obra aborda como as diferenças culturais entre homens e mulheres impõem lugares e práticas diversas para os gêneros, determinando e

modelando os sujeitos de acordo com o seu gênero.¹ Pela forma de abordagem, a obra encontra-se dentro dos estudos da História Cultural.

Contraopondo-se às normas, costumes e práticas sociais impostas, os movimentos feministas do século XX repercutem os anseios de mulheres confinadas no espaço privado, também entendido no trabalho como uma construção discursiva; seguem para o espaço público e transformam o social, lutando em face de aparelhos reguladores como a legislação, a escola, a escrita literária, as revistas femininas, entre outros.² As autoras de *Mulheres em ação* contam, a partir de uma perspectiva de gênero, a história de mulheres relegadas à invisibilidade, suas práticas e suas demandas.³

A socióloga Almira Rodrigues, em "Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI", trata de questões relacionadas às práticas políticas de mulheres. Considera que "todas as relações sociais são relações de poder, e as relações interpessoais são também relações sociais" (p. 16), entendidas como campos políticos, pois reguladas pela legislação e políticas públicas.⁴⁴ Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também relações de poder,

o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, 'objetiva'. Dessa forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública (Branca Moreira ALVES e Jaqueline PITANGUY, 1991, p. 8).

Assim, Almira Rodrigues analisa a participação ínfima das mulheres na política brasileira e mundial e argumenta a necessidade de implantação de ações afirmativas para mudanças nesse cenário político. Analisa a incorporação das reivindicações dos movimentos feministas por partidos políticos e políticas públicas, acreditando na possibilidade real de mudança com as mulheres no poder, contribuindo para a construção de uma igualdade entre os gêneros e "para rupturas com visões fundamentalistas, sexistas, racistas, preconceituosas e discriminatórias" (p. 33). Apesar da importância da discussão trazida por Rodrigues, ela não apresenta com clareza as fontes utilizadas em sua pesquisa.

A maternidade como essência do feminino é debatida por Cristina Maria Teixeira Stevens em "Maternidade e literatura: desconstruindo mitos". A autora analisa o discurso presente em obras, principalmente da literatura inglesa, algumas delas dialogando com o discurso da psicanálise, que consideram a maternidade como local de poder e opressão. Longe de ser um tema pacífico, até nos movimentos feministas, a maternidade é pensada não como um acontecimento biológico, mas como uma construção social, a partir das obras analisadas pela autora.

A problemática do corpo também está presente, com o texto "O campo da saúde coletiva à luz das relações de gênero: um diálogo difícil e conflituoso". A partir de recortes de gênero, Eleonora Menicucci de Oliveira e Wilza Vilela, dialogando com teóricos como Michel Foucault e Félix Guattari, tratam de desconstruir o binômio corpo feminino/corpo doente, em que o corpo feminino é desqualificado, pois o patológico – o que não é normal – é aquele que precisa ser regulado, medicalizado, controlado. A categoria "gênero" é útil para a análise dos processos de adoecimento, que se apresenta de forma diferente para homens e mulheres. O crescente número de mulheres vítimas de enfermidades mentais, de lesões por esforços repetitivos (LER), AIDS, entre outras, aponta uma maior exposição a fatores de risco e

vulnerabilidade, o que demonstra a presença de discriminações de gênero no interior do discurso médico e das práticas de saúde.

As escolas como locais que reforçam as desigualdades de gênero é o tema apresentado nos textos de Diva do Couto Gontijo Muniz e Marie Jane Carvalho. "Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política", texto de Diva Muniz, mostra, a partir de uma pesquisa histórica realizada com professoras de Minas Gerais dos séculos XIX e XX, como o alcance das mulheres tanto aos bancos escolares como ao exercício do magistério foi marcado por questões de gênero. A autora percebe como os corpos das professoras foram moldados por redes de poder, presentes nos discursos, práticas e códigos das instituições escolares. Mostra também como as professoras mineiras apresentaram resistência aos processos de construção de subjetividades.

Heloisa Buarque de Hollanda, Margareth Rago e Maria Bernadete Ramos Flores reescrevem a história de escritoras brasileiras excluídas pela historiografia. "O ethos Rachel" aponta a pouca importância dada à obra da romancista Rachel de Queiroz. Considerada um fenômeno literário dos anos 30 e 40, Rachel de Queiroz aborda questões como o matriarcado presente no Nordeste brasileiro, família, personagens femininos radicais, etc. Mesmo tendo assumido uma postura anti-feminista, compatível com o engajamento ao Partido Comunista na década de 1930, Rachel assume posturas favoráveis ao movimento.

Margareth Rago percebe a importância da escrita literária de mulheres do período 1900–1932, principalmente por trazerem a público questões anteriormente consideradas do campo privado, como sexualidade, amor, prazer, casamento, prostituição, etc.

As escritoras brasileiras Elisa Teixeira de Abreu, Carmem Dolores e Lola de Oliveira trazem à baila questões que fizeram parte da formação da subjetividade feminina moderna. Elas se aproximam por questionar a passividade e a submissão feminina, exaltando mulheres independentes e determinadas. Dentre outras questões, as autoras estudadas afirmam que o casamento por amor traduz uma visão conservadora, que não se alinha com os "tempos modernos", regidos principalmente pelo interesse econômico. Na crítica à modernidade, nos textos estudados por Margareth Rago, seus escritos se contrapõem ao controle da vida pública pelos homens, apontando como saída a sobreposição dos valores femininos sobre os masculinos.

A escritora modernista Aldazira Bittencourt é a personagem trazida pela historiadora Maria

Bernadete Ramos Flores. Com o texto "Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Aldazira Bittencourt", a historiadora apresenta o romance utópico da autora *Sua Excia: a presidente da República no ano de 2500*, que retrata o Brasil no ano de 2500, presidido por uma mulher. O imaginário social das décadas de 1920 e 1930 é representado no romance que, apesar da visibilidade do feminismo, é marcado por práticas eugênicas, racistas e pela necessidade de criação de uma identidade nacional. O saneamento, a higiene e a eugenia eram fatores relevantes para a construção de um país rumo ao progresso. Aldazira Bittencourt, como feminista da primeira onda do movimento no Brasil (décadas de 1920 e 1930), centra seus discursos na necessidade de educação para as mulheres. Aduz que a igualdade pretendida pelas mulheres somente seria possível através da maternidade, considerada para a escritora como "a grande responsabilidade das mulheres perante a nação". A maternidade como campo discursivo é imposta ao corpo feminino pelo determinismo biológico. Para Aldazira, a sociedade perfeita seria aquela em que "as mulheres uniriam o seu papel tradicional a uma carreira profissional" (p. 238).

Joelma Rodrigues aborda a temática da santidade feminina diante da questão da violência sexual. Rodrigues percebe, a partir da biografia da santa italiana Maria Gorretti, a construção de enunciados já cristalizados no imaginário social. Atributos como a santidade e a virtude ligadas ao pai/masculino, a honestidade e a submissão ligada ao feminino/mãe, e os ideais de virgindade, pobreza cristã, religiosidade, beleza, honradez e pureza estão presentes na santa que morreu vítima de violência sexual. O estupro não é apontado como problema, mas sim o comportamento da mulher diante da violência é que está em discussão. A autora apresenta modelos de santidade feminina, marcados pela manutenção da virgindade e da honra a qualquer custo, que se purificam pela morte.

Lourdes Bandeira e Fernanda Bittencourt discutem a incorporação de políticas públicas que visem a incorporar as temáticas de gênero. Apontam as desigualdades de gênero como profundamente institucionalizadas. A necessidade de alterações nas legislações dos países para a melhoria nas condições de vida das mulheres no mundo está presente desde a primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México no ano de 1975. A partir de então, vários países comprometeram-se em incorporar medidas que visem à igualdade entre os gêneros em suas legislações, o que foi reiterado na

Conferência Mundial realizada em Beijing, nos anos de 1995 e 2000. A relação entre o gênero e a pobreza aponta as mulheres em total desvantagem, e as mulheres negras em ainda pior situação.

As autoras afirmam a necessidade da criação de políticas públicas para a retirada das mulheres dessa situação de inferioridade, apresentando o caso brasileiro, as desigualdades percebidas na vulnerabilidade à violência, menor taxa de escolaridade, perdas de cobertura previdenciária, infima participação feminina na vida pública, precário atendimento na rede pública de saúde, destacando o aborto como principal causa de mortalidade materna, entre outros fatores. Como medida política para atender à transversalidade de gênero no Brasil, Bandeira e Bittencourt apresentam o Plano Plurianual proposto por organizações sociais para o governo Lula – 2004/2007.

O corpo feminino como *locus* de violência sexual e simbólica é o tema de Rachel Soihet. A partir de processos judiciais, jornais e escritos literários do início do século XX, a autora observa a violência sofrida por mulheres das classes populares e suas formas de resistência. Mostra a resistência não somente de forma isolada, mas também através dos movimentos feministas, em busca de direitos iguais, inclusive sexuais. Apresenta a ridicularização de que foram vítimas as feministas da primeira e da segunda onda do movimento no país, consideradas feias, masculinizadas e amorais. O feminismo procurou desconstruir imagens reificadas na imprensa, entendendo esta como local de permanências e resistências, em busca da cidadania plena para as mulheres.

Na mesma esteira, Tania Navarro Swain mostra o feminismo como condutor da desconstrução de um sujeito universal masculino, apontando para a necessidade de afastarmos as determinantes biológicas, essencializadas, que atribuem ao feminino a inferioridade. Apresenta as ações afirmativas como necessárias para a incorporação de uma igualdade de gênero.

O título da obra sugere práticas políticas de mulheres que resistiram a modelos preconcebidos; entretanto, alguns dos textos, mesmo que tratando de discussões dentro de uma perspectiva de gênero ou da história das mulheres, não se enquadram nessa temática.

Ademais, muitos dos textos que compõem o livro não são inéditos, já tendo sido publicados em outros periódicos; no entanto, em conjunto e correlacionados, resultam nessa obra de suma importância, que permite dar visibilidade às

mulheres que, sozinhas ou mobilizadas, construíram novos paradigmas para relações sociais.

Notas

¹ O gênero como categoria de análise é pensando por Joan Scott como forma primeira de significar as relações de poder. Para a autora, o gênero é pensado no sentido de teorizar a questão da diferença entre os sexos, considerado como um elemento constitutivo das relações sociais, que possibilita perceber essas diferenças (SCOTT, 1992, p. 71).

² Obras como *Uma história do feminismo no Brasil* (Céli Regina PINTO, 2003) e *Breve história do feminismo no Brasil* (Maria Amélia TELES, 1999) refazem o caminho do feminismo brasileiro. A pesquisa intitulada *Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)*, coordenada por Joana Maria Pedro e integrada pelas professoras Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Marcos Fábio Freire Montysuma, pretende investigar a maneira como os vários feminismos e movimentos de mulheres se constituíram no Cone Sul, no período de 1964 a 1989, observando a forma como as pessoas narram identificação com o feminismo, a maneira como se organizaram e atuaram, comparando com o que ocorreu no Brasil.

³ Obras como *História das mulheres no Brasil* (Mary DEL PRIORE, 2001) e periódicos como *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu* publicados no país preencheram o vazio diante da invisibilidade feminina na história.

Referências bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 63-95.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Claudia Regina Nichnig ■
Universidade Federal de Santa Catarina